

MEMÓRIAS DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA EM UMA CASA DE GUARATINGUETÁ

André Luis de Souza Alvarenga¹

Paulo Cesar dos Santos Oliveira²

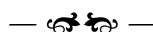
RESUMO: O objetivo deste artigo é de analisar a memória e a identidade política da cidade de Guaratinguetá, no interior paulista, que permeiam o Solar Rangel de Camargo, construído em 1866. A casa protagonizou os eventos políticos mais significativos do Brasil entre 1870 e 1940, isto é, final do século dezenove e início do século passado. Tendo mudado várias vezes de dono – pois já está há mais de seis gerações com a família de João Baptista Rangel, tropeiro e cafeicultor paulista – o Solar recebe um carinho oriundo dos moradores citadinos, devido a sua importância histórica para a cidade. Com a decadência do café, o casarão deixou de ser protagonista na vida da cidade e entrou de vez para a história do Vale do Paraíba, muitas das vezes, jogado no esquecimento do mundo contemporâneo. Para atingirmos nosso objetivo, torna-se importante revisitar sua história, desde as minuciosas atividades em seu cotidiano até sua contribuição para a política brasileira.

Palavras-chave: Memória Social. Política. Vale do Paraíba.

MEMORIES OF THE PARAÍBA PAULISTA VALLEY IN A GUARATINGUETÁ HOUSE

ABSTRACT: The objective of this article is to preserve the memory and political identity of the city of Guaratinguetá, in the interior of São Paulo that around the Solar Rangel de Camargo, built in 1866. The Solar staged the most significant political events in Brazil between 1870 and 1940, late 19th century and early last century. Having changed several times of owner – it is already more than six generations with the John Baptist Rangel's family, cowboy and farmer of São Paulo – Solar receives an affection arising of city residents due to its historical importance to the city. With the decline of coffee, the mansion ceased to be a protagonist in the life of the city and entered the history of the Paraíba Valley, many times, often thrown into oblivion of the contemporary world. To reach our objective, it is important to revisit its history, from the meticulous activities in its daily life to its contribution to Brazilian politics.

Keywords: Social Memory. Politics. Paraíba Valley.



Introdução

O Solar Rangel de Camargo, além de vivenciar o cotidiano do período imperial e republicano do Vale do Paraíba, possui uma importância política, tanto para a cidade de Guaratinguetá, como para o Vale do Paraíba e Brasil. É um patrimônio repleto de histórias, refletindo o cotidiano do Vale do Paraíba, e que é referência de identidade para os moradores da cidade de Guaratinguetá. Foi alvo de bombardeios aéreos no movimento constitucionista de 1932 e vivenciou disputas políticas entre famílias importantes que ali viveram nos séculos passados.

No século dezoito, na região do Vale do Paraíba, segundo o Museu Frei Galvão (2010), surge o povoado de Santo Antônio de Guaratinguetá, que foi, durante anos, um caminho dos tropeiros para se chegar até as Minas Gerais e o Porto de Paraty, importante porto comercial da época. Consta, no primeiro livro-tombo (registro do inventário dos bens da colônia) da Matriz de Santo Antônio de Guaratinguetá que, por volta de 1630, no local da atual igreja, foi

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. ID Lattes: 0772-6251-6563-8730, ORCID: 0000-0002-4472-2107. E-mail: prof.andre1305@gmail.com.

² Licenciado em História pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo. ID Lattes: 1582-0550-5266-4782, ORCID: 0000-0001-5130-2437. E-mail: paulo_dominus@hotmail.com.

erguida uma capelinha feita de pau-a-pique e coberta de sapé, sob a invocação de Santo Antônio (que era a prática do colonizador português), cuja festa se comemora 13 de junho.

De acordo com Thereza e Tom Maia (2007), em meados do século XVII, o povoado torna-se vila e, por conseguinte, torna-se parte da produção do açúcar, da aguardente e do ciclo de ouro. Décadas mais tarde, surgiram as grandes fazendas e a urbanização na região. Para atender essas demandas, o Solar Rangel de Camargo foi construído pelo capitão João Baptista Rangel – mais conhecido como Nhô João Jerônimo – descendente de um dos patriarcas da grei (família) dos Jerônimos de Guaratinguetá. O capitão João Baptista Rangel possuiu grande influência na cidade e no Vale do Paraíba com suas propriedades, seu gado, suas tropas e comércio. Casou-se com sua prima Thereza Galvão de França, conhecida como Nhá Tereza, filha de um dos mais tradicionais cafeicultores da região.

Com Nhô João Jerônimo, ainda segundo os autores, Thereza Galvão de França teve sete filhos. Os mais velhos nasceram na cidade de Roseira e os demais na casa recém-construída na época. Dentre seus filhos se destacaram: Francisco Batista, que se tornou comerciante; Maria Gertrudes, que se casou com o Dr. Ernesto de Castro Moreira, médico e policlínico na região; João Batista, que se tornou farmacêutico e médico; Antônio Batista, fazendeiro; Maria José, conhecida como Zeca, que se casou com o primo-irmão Virgílio Marcondes Guimarães; e, por fim, Maria Thereza, conhecida como Ninica, que se casou com Eduardo Augusto Nogueira de Camargo, advogado e político. Eduardo que, por sua vez, se tornou um importante político na cidade, tendo como palco de atuações o Solar Rangel de Camargo.

Para que, segundo o historiador Michael Pollak (1992), a memória do Solar Rangel de Camargo não seja jogada no esquecimento e sua importância identitária para a cidade de Guaratinguetá seja elucidada, torna-se necessária a compreensão de sua história. Nosso objetivo, portanto, será o de valorizar a memória coletiva, encarnada no casarão, como fonte do despertar da identidade política da cidade de Guaratinguetá. Para tanto, temos como metodologia a revisão bibliográfica de autores consagrados no campo discursivo da memória social. Apresentamos, como pressupostos de análise, a ideia de que toda lembrança é vivida de forma coletiva, e nunca individual; de que a recordação é, sempre, renovada a cada novo olhar que se lança sobre a memória, jamais resgatando o passado em sua forma pura, intacta, mas sim, restaurando-o; e, por fim, de que a memória coletiva pode ser representada pelos utensílios e objetos que a cercam, estruturando uma linguagem que, por sua vez, está inserida em um contexto preciso, presa ao espaço - dimensão que lhe dá certa durabilidade e ilusão àqueles que os observam, contrária a dimensão do tempo.

Optamos por utilizar como metodologia, para a realização da nosso artigo, as informações que foram coletadas por meio da revisão bibliográfica de obras teóricas e de obras que tratam a respeito do tema; de fontes imagéticas e jornais de época, no Museu Frei Galvão, na cidade de Guaratinguetá; e da visita em campo realizada pela equipe. A importância do Solar Rangel de Camargo está além da história e da arquitetura e, por isso, configura-se, também, em sua importância social e cultural, consequentemente, cívica, para a cidade de Guaratinguetá e sua população. E, por fim, tentaremos demonstrar essa importância nas páginas a seguir do nosso artigo. O trabalho está dividido em três breves partes: buscaremos salientar a importância do espaço físico da casa, bem como os utensílios ali preservados pela família há muitas gerações; mostraremos a importância do Solar como fonte identitária para a política da cidade de Guaratinguetá, principalmente no período da República Velha; e, por fim, analisaremos a contribuição do patrimônio para a história e identidade, tanto da cidade e sua população, como para o Vale do Paraíba e Brasil.

Desenvolvimento

O Solar Rangel de Camargo, construído pelo capitão João Baptista Rangel, em 1866, é considerado, pelos moradores da cidade de Guaratinguetá e pelo Estado, um patrimônio da cidade. No entanto, antes de prosseguirmos nosso estudo, é preciso refletir sobre o que significa o termo “patrimônio”. Na visão de Mário de Souza Chagas,

a palavra patrimônio tem, ainda hoje, a capacidade de expressar uma totalidade difusa, à semelhança do que ocorre com outros termos como cultura, memória e imaginário. [...] Se tradicionalmente ela foi utilizada como referência à herança paterna ou aos bens familiares transmitidos de pais (e mães) para filhos (e filhas) [...] ao longo do tempo ganhou outras qualidades semânticas, sem prejuízo do domínio original. (CHAGAS, 2005, p. 115).

Partindo do pressuposto do autor, o Solar Rangel de Camargo torna-se, desta maneira, uma herança dos antepassados, os antigos moradores da cidade, especificamente, da casa de Nhô Jerônimo, que fora transmitido, ao longo do tempo, para seus filhos, às futuras gerações de Guaratinguetá. Logo, para que o nosso objetivo seja atingido, é preciso que conheçamos o nosso objeto de estudo mais de perto, cotidianamente, através de relatos, parciais e passíveis de erros, porém parte fundamental da história da casa que se constitui, de acordo com o historiador Pierre Nora (1993), como um “local de memória”.

O início dessa história, de acordo com Thereza e Tom Maia (2007), data do ano de 1864, quando o capitão João Baptista Rangel negociou um terreno que possuía na Rua Frei Galvão, com um terreno pertencente ao então Barão de Guaratinguetá. Ficava logo após ao seu, na esquina da ladeira que descia pela Rua Frei Lucas. Tinha como intuito voltar sua moradia à parte principal da cidade, no caso, à Rua Frei Galvão, onde abriu uma porta para o acesso de suas tropas ao quintal e para dar sequência os seus negócios, isto é, coisas que diziam respeito à vida profissional e familiar.

Com o passar dos anos, algumas coisas ainda permanecem praticamente intactas, desde que o capitão as construiu - principalmente seus cômodos. Atualmente, a casa possui treze, entre escritórios, sala de visitas, alcovas (pequenos quartos com leitos), sala do telefone, salinha de costura, quartos, sala de jantar, salinha de café, cozinha e porões. Atualmente, quem nela entra encontra três portas: a da rua, a do meio e a da sala de visitas. É válido ressaltar que os objetos que ali se encontram são fontes do resgate das lembranças de vidas passadas, parcialmente ininteligíveis aos atuais observadores, afinal, “móveis, ordenamentos, quadros, utensílios, [...] nos lembram também os costumes e distinções sociais antigas” (HALBWACHS, 1990, p. 132).



Figura 1 – Sala de visitas com objetos e utensílios da família.
Fonte: arquivo do Museu Frei Galvão.

Partindo da premissa de Maurice Halbwachs (1990), um dos precursores do estudo da memória social no século vinte, nosso estudo tem como exemplo os cômodos citados anteriormente: a porta do meio era reservada aos familiares e aos mais íntimos; noivos só passariam por ela com a data do casamento marcada. A porta que dá para a sala de visitas, antes dedicada aos amigos menos chegados, atualmente se dedica aos turistas e curiosos que desejam visitar a casa e conhecer sua história. A sala de visitas, onde se realizaram vários casamentos e encontros no decorrer dos anos, guarda a mobília de jacarandá, madeira típica da região, com fotografias, peças, acessórios dos antigos moradores e visitantes ilustres. Dentre todas as alcovas, a da esquerda guarda momentos importantes: presenciou inúmeros nascimentos e mortes das famílias que ali viveram suas vidas. Outros cômodos também colaboraram com a história e, por assim ser, com a memória da casa, como a salinha de costura, os quartos de esquina e o do fundo, o do telefone, as salas de jantar e de café etc.

Oriundos do ciclo cafeeiro do vale-paraibano, a casa e seus cômodos seguem critérios de disposição comuns da época, que também se constituem como lembranças. Não é por menos que foram usadas e mescladas variadas técnicas de construção paulistas e rurais mineiras dos noventa: materiais como pedra, madeira e terra, foram usados, sendo que o último material foi extraído da propriedade (do corte vertical do terreno); usaram-se taipas (mesmo nas paredes do porão) e pau-a-pique na parede do sobrado. Curioso é que, mesmo com um porão grande para a época, com cerca de quatro metros de altura abaixo do nível da rua, à visão alheia externa, aparenta ser térrea; daí seu nome de tombamento: “casa térrea” de Guaringuetá.



Figura 2 – Sala do escritório, no porão da casa.
Fonte: arquivo do Museu Frei Galvão.

Na sua parte térrea, como de costume das construções de sua época, a casa possui cerca de setenta centímetros de espessura em todas as paredes, contando as paredes externas e suas divisórias. Posto isso, de acordo com Maurice Halbwachs (1990), o meio material, representado não apenas por seus utensílios, mas também por seus cômodos e materiais usados em sua construção, é salutar no resgate da memória coletiva de um grupo social, pois é nele – no meio material – que o pensamento se fixa para a lembrança:

Assim não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço [...] que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Logo, os utensílios e cômodos também servem como mecanismos mnêmicos de recordações de memórias que constituíram à vida no casarão durante o decorrer dos anos. Ademais, seu madeiramento, em geral (portas, janelas, forro, telhado, assoalho, armários, vigas internas e externas), segundo Thereza e Tom Maia (2007), foi retirado das árvores marginais do Rio Paraíba, que transpassa toda a extensão da cidade. Os trançados das vigas do pau-a-pique foram feitos com cipó Imbé, também encontrados na região, e que podem ser observados no lado interno da casa, principalmente, nas partes do forro onde não são rebocadas.



Figura 3 – Foto dos detalhes do telhado.
Fonte: elaborada pelos autores.

Curiosidade é que, segundo a tradição da época, as árvores deveriam ser cortadas nas luas minguantes, nos meses sem a letra “R”, com todo o madeiramento sendo trazido por bois até o local. Várias espécies de árvores foram utilizadas na construção do monumento, todas cortadas a machado. O telhado pode ser acessado por uma escada interna que está fixada na parede. Com exceção da área de serviço, todos os demais cômodos sempre tiveram papéis de parede, sendo algumas camadas feitas com papel francês, tendência do final dos oitocentos e início dos novecentos nas famílias mais abastadas. Atualmente, alguns vidros das luminárias trincadas e empoeiradas se misturam com a luz elétrica no decorrer de todos estes anos.

Além de sua importância arquitetônica e histórica, no que diz respeito a sua importância cultural, a casa é peça fundamental para a manutenção da identidade da população da cidade de Guaratinguetá. Segundo o populacho, lendas e causos cercam o Solar Rangel de Camargo:

Conta a tradição familiar que Anna, a filha primogênita, faleceu aos doze anos. Essa morte é cercada de lendas e mistérios. Teria existido na casa um escravo apaixonado por uma mucama. Não tendo seu amor correspondido, ele teria se vingado desta preparando uma guloseima envenenada. A escrava teria dividido o presente com sua senhora, sendo envenenada com uma bala que estaria destinada à mucama que desprezou o namorado. (MAIA, 2007, p. 109).

De acordo com Thereza e Tom Maia (2007), A primeira herdeira da casa foi uma das filhas do capitão João Baptista Rangel, Maria Thereza, apelidada de Ninica, que em 1895 conheceu Eduardo Augusto Nogueira de Camargo e casou-se com ele no ano de 1887, na casa onde nasceu. Eduardo de Camargo, como era conhecido na cidade, foi filho do Guarda-Mor (patente de fisco a bordo de navios ancorados), João Gonçalves dos Santos Camargo e da senhorita Leopoldina da Glória. Nasceu em Guaratinguetá no ano de 1854, formou-se em Direito pela Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo, e foi promotor público nas comarcas (subdivisões de um distrito judicial) de Caçapava e São José dos Campos, no interior paulista. Também foi juiz de Direito na comarca de Miranda, em Mato Grosso, na cidade de Palmas, em Tocantins, e em algumas cidades no Estado de Goiás.

No entanto, em Guaratinguetá, Eduardo dedicou-se à advocacia e à política, apoiando uma oposição à oligarquia da cidade, representada pelo tio de sua esposa, o Comendador Rodrigues Alves. Além disso, foi eleito vereador e deputado heremista – que apoiava o Marechal

Hermes da Fonseca, presidente do Brasil no período de 1910-1914. Os correligionários de Eduardo ficaram conhecidos como “Camarguistas”. Neste momento, torna-se importante perceber a relação do Solar Rangel de Camargo como desperta da identidade política na cidade de Guaratinguetá.

O Solar Rangel de Camargo foi testemunha viva de um dos períodos mais agitados da história política do Brasil, e consequentemente, da cidade de Guaratinguetá: o movimento constitucionalista de 1932. Apesar de ter sido apenas um retrato e um recorte do que aconteceu no país em sua época, devemos considerar que cada município possuía, naquele momento, guardadas suas devidas comparações, um “feudo” de relações políticas, que eram passadas como herança no seio das famílias mais tradicionais. Não é por menos que, do ponto de vista nacional, a cidade de

Guaratinguetá atinge seu período de maior representação. Seus valores ultrapassam o município, dominam o Estado e a Nação. Esses valores estão, entretanto, quase totalmente concentrados em mãos de uma família, à qual se ligam outras da elite agrícola. (HERMANN, 1948 apud MAIA, 2007, p. 113).

Com a chegada dos ventos liberais e modernistas no Brasil, durante a chamada “República Velha”, no início do século vinte, os poderosos coronéis, que comandavam essas tradicionais famílias brasileiras, começaram a ser contestados por seus adversários políticos e por setores da imprensa. No entanto, no país inteiro, essa

oposição era uma situação bastante difícil; os mandões locais continuavam, nos municípios, dominando a administração, poder judiciário, a Câmara Municipal. A oposição nem sequer podia votar porque o processo eleitoral, estando nas mãos da Câmara e do judiciário, era o mesmo que estar nas mãos do coronel. (QUEIROZ, 1976 apud MAIA, 2007, p. 113).

A cidade de Guaratinguetá não fugiu à regra e mantinha dois grupos principais na disputa pelo poder local: o primeiro liderado pelo Comendador Rodrigues Alves – irmão do Conselheiro e presidente da república Francisco de Paula Rodrigues Alves – formando uma coligação que ficou conhecida como “Alvistas”. Na oposição, formou-se um grupo liderado pelo deputado Eduardo Augusto Nogueira de Camargo, e depois seu filho, o também deputado João Baptista Rangel de Camargo. Esse segundo grupo ficou conhecido como “Camarguistas”. Logo, formou-se uma frente política na cidade de Guaratinguetá entre os chamados Alvistas, que estavam no comando, e os chamados Camarguistas, que estavam na contestação.

No ano de 1894, Prudente de Moraes fora eleito presidente de São Paulo (cargo equivalente, na época, ao de governador atualmente) e convida, para ocupar a pasta da Fazenda, Rodrigues Alves. Nessa mesma eleição, Eduardo de Camargo se lançou na política como candidato a deputado à Assembleia Legislativa do Estado. É desta maneira que acontece a “certidão de batismo” do Camarguismo, pois é a partir desse momento que Eduardo de Camargo começa a reunir, para sua resistência política, nomes importantes da época, como: Dr. Ernesto de Castro, Dr. Teixeira Machado, Dr. Câmara Leal, Dr. Rafael Dabney de Avelar Brotero e, principalmente, Antônio Cuba, proprietário do jornal “A Gazetinha” na cidade.

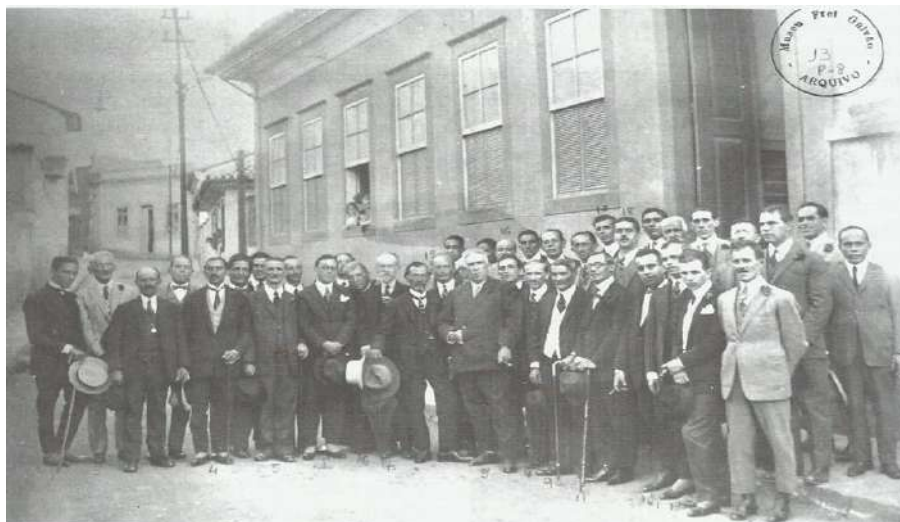


Figura 4 – Grupo Camarguista na Frente da casa durante a República Velha.
Fonte: arquivo do museu Frei Galvão.

O poder dos Alvistas era tamanho que seu grupo dominava o cenário político da cidade de Guaratinguetá, inclusive os meios de comunicação como ferramenta para defender seu ponto de vista perante o público. Segundo alguns artigos publicados pelo jornal “A Gazetinha”, na época, o poder dos Alvistas não poderia ser mensurado na cidade, provocando medo em seus opositores, que utilizavam da violência para calar o movimento em crescente expansão. Para manter certa oposição e equilibrar a influência sobre a população, os Camarguistas fundaram o jornal “O Pharol” (para combater o “Correio Popular”, jornal Alvista), que depois de uma tentativa de empastelamento – ou seja, sabotagem por razões políticas – passou a ser impresso na própria residência dos Rangel de Camargo.

“A Gazetinha”, jornal da cidade simpático ao Camarguismo, publicara, certa vez, de acordo com Thereza e Tom (1993), uma nota “dissecando a nefasta política do Coronel Virgílio de Paula Rodrigues” (THEREZA E TOM, 1993, p. 76), irmão do Conselho Francisco de Paulo Rodrigues Alves, líder Alvista. Enquanto os Camarguistas denunciavam a política dos Alvistas, esses, por sua vez, exaltavam, em breves notas, suas figuras, como é mostrado no jornal Alvista da época, o “Correio Popular”:

O dia 5 do corrente, é aquelle [sic] que relembra, saudades pungentes, a data natalícia, do benemérito filho desta terra, de saudosa melhoria, sr. Coronel Virgílio Alves. A despeito da acção [sic] destruidora do tempo, que tudo vae [sic] consumindo, esta data extremamente cara aos filhos de Guaratinguetá, que conheceram a figura veneranda do grande chefe político, jamais poderá cair [sic] no olvido de qualquer delles [sic], pois não haverá entre os homens de seu tempo nenhum talvez que não lhe fosse devedor de captivantes [sic] gentilezas e inestimáveis favores. (CORREIO POPULAR, 1º de julho de 1930).

A disputa de poder na cidade de Guaratinguetá entre Camarguistas e Alvistas confirma aquilo que Maurice Halbwachs (1990) afirmou sobre a relação entre memória e o espaço:

Podemos fixar nossa atenção ao limites das propriedades, nos direitos que estão ligados a diversas partes do solo, distinguir os lugares ocupados pelos senhores e escravos, suseranos e vassallos, nobres e plebeus, credores devedores, como zonas ativas e passivas, de onde emanem ou sobre as quais se exercem os direitos relacionados ou supressos às pessoas. (HALBWACHS, 1990, p. 159).

Em vista da análise do autor, o local de memória se torna, também, um local de representações políticas e sociais para um grupo social, como foi o caso do Solar Rangel de Camargo, neste período da história brasileira. Suas memórias, que dizem respeito às disputas políticas entre Alvistas e Camarguistas, criaram raízes e foram além do próprio patrimônio, em sua condição física, e se estenderam a toda uma cidade. Apesar disso, ambos os jornais defendiam pontos de vista que eram considerados justos para seus correligionários, e por outro lado, foram influenciados pelo fanatismo político criado no imaginário popular por essa disputa política. Tudo na cidade respirava política, no entanto, essa política, por sua vez, respirava disputas violentas travadas entre as duas famílias consideradas mais importantes da vida política da cidade:

Chegou-se a criar demarcações em clubes, jornais e até mesmo em bandas musicais, que eram apadrinhadas pelas famílias, onde duelavam tanto musical como verbalmente e até mesmo em lutas corporais. Há também relatos de chuvas de ovos e cusparadas quando um membro de alguma das famílias passava em frente à casa de um morador da outra. (MAIA, 1993, p. 72).

Eduardo de Camargo, filho do Guarda-Mor João Gonçalves dos Santos Camargo, acabou se tornando um importante político na Guaratinguetá de sua época, principalmente por ser um dos líderes do movimento Camarguista. Apesar de todas essas disputas políticas, é importante lembrar que Eduardo manteve uma amizade com o presidente Rodrigues Alves, do lado Alvista. Sem nunca legar ao esquecimento a oposição familiar, costumava dizer para seus partidários e opositores: “No Brasil manda o Chico (referência ao presidente), mas em Guaratinguetá mando eu” (MAIA, 1993, p. 88).

No entanto, com o início do movimento de 1930 no país, que pôs fim na parcial representação popular, encerrou-se a República Velha e, com isso também, as batalhas travadas pelas duas famílias na política de Guaratinguetá. Neste momento, segundo Thereza e Tom Maia (1993), o Alvismo e o Camarguismo deram uma trégua. Os quinze anos do período Varguista deixaram a política de Guaratinguetá suspensa; presa ao tempo. No ano subsequente, o jornal “O Pharol” encerra suas atividades com os seguintes dizeres:

A nossa folha suspende provisoriamente a sua publicação. De positivo por ora, nada se pode distinguir nos horizontes políticos... Mas os nossos votos são para que a actual [sic] situação nacional não perdure por muito tempo, de forma que sahimos [sic], quanto antes, do actual estado de coisas para a luta organizada, com a formação e ressurgimento de novos ou de antigos partidos políticos que, articulados e em perfeito equilíbrio, possam dar ao Brasil os gloriosos dias que lhe guardamos. (MAIA, 1993, p. 88).

Durante o período que ocorreu o movimento constitucionalista de 1932, a casa estava em posse do herdeiro Dr. Rangel de Camargo, ex-deputado estadual, que no movimento constitucionalista foi um importante colaborador para a causa dos paulistas. Conta-nos um classificado do jornal “A Gazeta”:

o Dr. Rangel de Camargo acaba de oferecer, por intermédio d’A Gazeta, valioso donativo em prol da Campanha do Ouro: uma carta autografada dirigida, em 1873, pelo Imperador D. Pedro II ao Visconde de Caravellas, professor da faculdade de direito de São Paulo e Ministro dos Estrangeiros. A carta em apreço doada por uma neta do Marques de Caravellas ao Dr. Eduardo de Camargo vai ser posta em licitação, devendo o produto reverter para a Campanha do Ouro. (MAIA, 2007, p. 139).

O movimento constitucionalista de 1932 deixou difíceis lembranças para a casa, no que diz respeito a sua estrutura material: nas vésperas do casamento entre o Dr. Rangel de Camargo e a senhorita Angelita, a casa havia sido preparada com rica decoração, papéis franceses na parede, pintura renovada e móveis todos lustrados, além de reformas na cozinha e banheiro. Também já havia sido entregue alguns dos presentes da família dos noivos que vieram de trem, importante meio de transporte da época.

No plano psicológico, para seus moradores, não foi diferente. Apesar de todos os preparativos, no dia 9 de julho eclode o movimento constitucionalista. Os soldados paulistas se espalhavam por toda a região e, constantemente, soava o som dos tiros e do assustador som do avião de nome “Vermelhinho”, que dava seus voos rasantes na cidade. Quando se escutava o ronco do Vermelhinho, as pessoas se assustavam e corriam para se abrigar com medo de seus bombardeios (existe, atualmente, um exemplar deste avião no museu aeroespacial do Campo dos Afonsos no Rio de Janeiro).



Figura 5 – Exemplar do Vermelhinho.
Fonte: Museu Frei Galvão (2010).

Com o perigo do conflito iminente, foi ordenada a debandada da cidade sob a ordem do General Campos de Cunha. Consciente do perigo, Dr. Rangel de Camargo, em companhia de sua esposa, partiu de trem para a cidade de São Paulo. Com a casa fechada, os empregados ficaram encarregados de cuidar da propriedade com a ordem de não abrir a casa para ninguém.

Em setembro do mesmo ano, Adhemar de Souza Queiroz, primo de Angelita, entrou na casa em nome do serviço de engenharia, juntamente com as tropas do coronel Theophilo Ramos e da delegacia - que se estabeleceram nos porões da casa. Adhemar, posteriormente, justificou-se depois dizendo que a ocupação salvaria a casa de saques. Com isso, o porão se transformou em depósitos de mantimentos e a cozinha em “cozinha dos sargentos”. Com a retirada das tropas do Vale do Paraíba, a casa ficou à mercê dos saqueadores e depredadores. Mais tarde, com a investida das tropas federais, a casa foi novamente ocupada, desta vez pelo correio militar do destacamento do general Collatino. No entanto, ao regressarem à residência, depois de terminada o movimento constitucionalista de 1932, os proprietários encontraram-na arrombada e envolta em moscas. O Dr. Rangel de Camargo, em nome de sua mãe,

Maria Thereza Rangel de Camargo, solicitou indenização dos prejuízos. Mas essa indenização ficou apenas “no papel” e a casa sem seus bens fora jogada no esquecimento.

Apesar de ter sido legada ao esquecimento desde o término do movimento constitucionista de 1932, a casa, cerca de quarenta anos mais tarde, receberia sua devida importância histórica. No muro da casa pode ser vista uma placa detalhada em mármore que o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) em um ato solene, demarcou seu tombamento – de acordo com o artigo primeiro da resolução nº 149 de 23 de Outubro de 1978, DOE 25.10.1978, p.54 – na presença de figuras importantes, como o Príncipe e a Princesa de Orleans e Bragança e do deputado Cunha Bueno, onde se lê:

Casa dos Camargos – 1866. Monumento de reconhecido valor histórico e arquitetônico tombado pelo CONDEPHAAT em 1978. Esta casa foi construída pelo Capitão João Baptista Rangel em 1886 tendo sido restaurada por seus descendentes em 1982. (MAIA, 2007, p. 103).

Segundo o CONDEPHAAT, a “casa térrea” de Guaratinguetá, nome com o qual foi tombado o Solar Rangel de Camargo, configura-se como um patrimônio cultural da cidade de Guaratinguetá. Patrimônios culturais são entendidos como o conjunto de bens, de natureza material ou imaterial, que guardam em si referências à identidade de grupos sociais e se constituem como elementos importantes para a sustentação do bem-estar social e da cidadania de um povo. Com isso, o Solar Rangel de Camargo transforma-se em peça importante para a identidade vale paraibana e, mais especificamente, da cidade de Guaratinguetá.

Não é por menos que, com o decorrer do tempo, a casa erguida pelo capitão Rangel de Camargo, em 1866, ganhou notícias em inúmeros documentos, reportagens, livros, jornais e até mesmo em mídia eletrônica. O primeiro registro conhecido foi feito por Carlos Eugênio Marcondes de Moura, na obra “Os Galvão de França no povoamento de Santo Antônio de Guaratinguetá (1733-1972)”. Foi esse importante documento, diga-se de passagem, que convenceu o CONDEPHAAT sobre o tombamento da casa.

O Solar obteve também espaço em duas importantes revistas: em 1975, a Revista da Faculdade Salesiana de Lorena, atual Universidade Salesiana, a UNISAL, descreve a casa como uma das poucas remanescentes com o estilo arquitetônico original da época do café na região do Vale do Paraíba. Em 1977, com a edição da revista rapidamente esgotada, a casa foi publicada em um álbum produzido pela Universidade de São Paulo, a USP, com textos em espanhol, inglês e francês. Além disso, a dedicação e o zelo do patrimônio pelos descendentes do capitão João Baptista Rangel levaram Thereza Regina de Camargo Maia, trineta do capitão fundador, a publicar sua monografia de graduação em Arquitetura pela Universidade de Taubaté, no ano de 1983, com ênfase nos aspectos da casa e de sua restauração.

Há, além disso, na casa, documentos curiosos sobre os tropeiros que percorriam a região. Por exemplo, em 1727 aconteceu um carregamento de 63.220 quilos de ouro que pertenciam à D. João V. Essa tropa – descreve o documento – possivelmente teria sido assaltada por escravos. Segundo o texto:

Entre Guaratinguetá e Aparecida há um lugar chamado Morro Vermelho, onde se ergue antiga sede de fazenda. Aí foi assaltada uma tropa, que trazia ouro das Minas e era escoltada [...], foram mortos pelos escravos. Foram enterrados ali mesmo, junto de uma figueira, com o ouro que os escravos viriam buscar depois. Enquanto isso fugiram os negros, escondendo-se em um quilombo no Alto das Almas. O lugar, desde então, ficou mal-assombrado, porque a escolta continuava vigiando o ouro que os escravos nunca voltaram para apanhar. Já no começo do século vinte, um velho morador do Alto das Almas chamou o então proprietário do Morro Vermelho e lhe disse que seu avô tinha sido um dos assassinos, pedindo-lhe que retirasse o ouro escondido, porque ia morrer e queria que a sua alma e a dos seus tivessem sossego. Nunca se soube do lugar certo do tesouro, ou se ele já havia sido antes encontrado, porque, no século passado, certo engenheiro ali apareceu e contratou um serviço de canalização, desaparecendo depois, sem qualquer aviso. (MAIA, 2007, p. 46).

Além de inúmeros outros documentos sobre a história da cidade de Guaratinguetá e região, muitas outras lembranças da época são guardadas no museu da casa atualmente, fazendo do Solar Rangel de Camargo um local de memória. Na perspectiva de Aleida Assmann (2011), essa expressão é adequada, pois “aponta para a possibilidade de que os locais possam tornar-se sujeitos [...] que ultrapassem amplamente a memória dos seres humanos” (ASSMANN, 2011, p. 317). O fato do casarão, em pleno século vinte e um, inspirar admiradores e pesquisadores é prova vital disso. Apesar de tudo, com a decadência do café e a chegada da industrialização em meados do século vinte, a casa deixou de ser protagonista da história política da cidade e, desde então, passou a ser, de acordo com o historiador Pierre Nora (1993), um local de memória.

A casa, atualmente, é habitada pela sexta geração de descendentes do capitão João Baptista Rangel. Nela, estão guardados o mobiliário, peças e documentos sobre o período imperial e republicano da história brasileira. Seus atuais moradores, Thereza Regina de Camargo Maia – filha do Dr. Rangel de Camargo e da senhora Angelita – e seu marido José Carlos Ferreira Maia, mais conhecido como Tom Maia, procuram conservar toda a riqueza da casa, desde seus ornamentos, livros, prataria, devocionários etc. A memória da casa e da cidade de Guaratinguetá segue preservada na devoção pela própria história da casa, afinal, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 2003, p. 469).

Os atuais moradores, Thereza e Tom Maia, são autores de livros sobre a memória nacional e cultura regional. Membros do IEV – Instituto de Estudos Vale Paraibanos, localizado na cidade de Guaratinguetá, fundado em 1973 –, fundadores e diretores do Arquivo e Memória de Guaratinguetá, do Museu Frei Galvão e do Instituto Histórico e Artístico de Paraty, lembram que na casa onde aconteciam reuniões partidárias e sessões da Câmara no início do século passado, atualmente se encontram um rádio e uma velha mesa onde o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) passava as noites contando histórias e piadas e tomando o uísque Queen Anne. Lembrando que a velha rixa passou, mas as memórias não, Tom Maia afirma que “a Maria Amélia, mulher do Sérgio, não gostava que ele bebesse tanto e aguava seu uísque. Ela era descendente dos Alves. Infelizmente, nem todos são perfeitos” (MAIA, 2007, p. 31).

Considerações finais

O Solar Rangel de Camargo, construído, em 1886, pelo capitão João Baptista Rangel, através do tempo, vem registrando a memória de fatos importantes e do cotidiano de uma cidade do

interior paulista, como Guaratinguetá. Com isso, ajudou a construir a memória coletiva de uma cidade e de um povo: desde contos de amor até registros de fatos políticos relevantes no cenário nacional. Passou, em menos de um século, de simples coadjuvante para ser um dos principais locais de memória da cidade. O casarão deixou de ser um objeto físico e estático, imóvel, para se tornar um marco nos acontecimentos de uma cidade, de um Estado e até mesmo do país. Consolidou-se sendo referência histórica e cultural para a cidade, demonstrando a vivência das pessoas que, de geração a geração, estiveram em contato com ele, sendo donos, escravos, tropeiros, militares etc. Esse tema – assim como a história – não pretende ser romanceado. Aos leitores: que o trabalho possa exprimir uma contribuição coerente a respeito da valorização da memória e da identidade de uma cidade. E, aos historiadores e aos futuros pesquisadores: que essa história possa se multiplicar, bem como a dinâmica da memória, a cada novo olhar sobre o tema. De Nhô Jerônimo, primeiro morador, à Thereza Maia, atual moradora, as marcas da história se encontram em suas paredes e em seus contrerrâneos. Agora, o casarão é um local de memória de uma cidade, que o pedestre vê em uma casa da Rua Frei Galvão com a esquina da Rua Frei Lucas, parte de sua história, ora parando para contemplá-lo ora para aproveitar a sua sombra.

Referências

- ASSMANN, A. **Espaços de recordação**. Campinas: UNICAMP, 2011.
- CHAGAS, M. de S. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô (org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- MAIA, T. e T. Alvinismo e camarguismo: mandonismo e resistência em Guaratinguetá. In: CHALITA, G. (org.). **Vale do Paraíba, política e sociedade**. Aparecida: Santuário, 1993.
- MAIA, T. e T. **Uma casa paulista**. São Paulo: Noovha América, 2007.
- MUSEU FREI GALVÃO. **Guaratinguetá ontem e hoje**. São Paulo: Noovha América, 2010.
- NORA, P. Entre história e memória. **Projeto História**. São Paulo, 1993.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1992.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

Recebido em: 25 ago. 2020

Aprovado em: 06 out. 2020

